

# OIKOS $\sigma$

Revista de economia heterodoxa  
nº 8, ano VI • 2007  
ISSN 1808-0235



patrocínio



## Em direção a uma teoria austro-germânica de desenvolvimento econômico desigual? Uma defesa da teorização por inclusão

Towards an Austro-German Theory of Uneven Economic Development? A Plea for Theorizing by Inclusion

---

**ERIK S. REINERT** | esr@nifo.no

Tallinn University of Technology (Estônia) e The Other  
Canon Foundation (Noruega)

Tradução de Caetano Penna

**Resumo** A partir da distinção dos programas de pesquisa baseados em “valor” ou “troca”, feita por Meir Kohn (2004), este artigo sugere um paradigma “produtivo” a ser estabelecido na tradição de Menger e Schumpeter. Sugere-se que este programa baseado na produção poderia usar como ponto de partida a tentativa de Schumpeter (1908) de mediar a *Controvérsia do Método (Methodenstreit)* ao argumentar que diferentes tipos de problemas econômicos requerem teorias em diferentes graus de abstração. Isto se desdobra em “teorização por inclusão”, uma abordagem que combina elementos tanto da tradicional corrente econômica alemã, quanto da corrente austríaca de tradição mengeriana. **Palavras-chaves** *Desenvolvimento econômico desigual, Economia mengeriana-schumpeteriana, economia produtiva.*

**Abstract** From Meir Kohn's distinction between research programmes based on “value” and ‘exchange’ (2004), this paper suggests a ‘production’ paradigm fundamental on the tradition of Menger and Schumpeter. It is suggested that this production-based programme could use as its starting point Schumpeter's (1908) attempt to mediate in the *Methodenstreit* by arguing that different types of economic problems require theories at different levels of abstraction. This unfolds into a ‘theorizing by inclusion’, an approach combining key elements both of traditional German economics and of Austrian stream of mengerian tradition. **Keywords** *Uneven economic development, Mengerian-Schumpeterian economics, production-based economics.*

O autor é grato à Carlota Perez e Christopher Freeman por extensivos comentários e discussões a respeito de uma versão anterior deste artigo – as costumeiras ressalvas quanto à responsabilidade se aplicam.

O reflexivo e provocativo ensaio de Meir Kohn sobre os impasses da teoria econômica *mainstream* – em particular o fato de que “sobre as principais questões da atualidade, esta se mantém virtualmente calada” (KOHN, 2004, p. 306) – ressalta a necessidade de se criar uma abordagem alternativa. O próprio Kohn identifica dois paradigmas alternativos, um baseado no conceito de “valor” (walrasiano) e outro baseado no conceito de “troca” (mengeriano). Este artigo amplia o debate, ao introduzir uma terceira categoria – que poderia muito bem ser considerada uma versão da mengeriana; um paradigma baseado em “produção”. Este paradigma enfatiza a linha mengeriana-schumpeteriana de pensamento austríaco, e, ao mesmo tempo, retém elementos essenciais da tradição econômica alemã, no que esta se refere à compreensão do desenvolvimento econômico desigual (REINERT, 2005a). Argumentei anteriormente que a linha mengeriana-schumpeteriana de pensamento austríaco reteve características essenciais da tradicional escola alemã de economia, especialmente a importância central da especificidade de cada contexto e da História na análise econômica (REINERT, 2005b). Este artigo é, portanto, uma tentativa de reconciliar os dois lados da Disputa do Método (*Methodenstreit*), ocorrida no final do século XIX, principalmente porque ambos os lados do debate coincidem no que se refere ao contraste agudo ao paradigma walrasiano e ao programa de pesquisa de Hicks-Samuelson. Neste sentido, acredito que esta proposta vai ao encontro do espírito do primeiro livro de Joseph Alois Schumpeter (1908), aquele que ainda não possui tradução para a língua inglesa.

Esta linha de pesquisa criaria uma abordagem evolucionária austro-germânica aos problemas de desenvolvimento do Terceiro Mundo, baseada em produção ao invés de valor ou troca. Aqui as pistas para a solução dos problemas de desenvolvimento econômico seriam encontradas estudando-se diferenças nas estruturas e nos sistemas de produção. No meu entender, o rótulo “austro-germânico” é particularmente adequado também por conta das sólidas bases germânicas – em Werner Sombart e Friedrich Nietzsche – do conceito schumpeteriano de *destruição criativa* com base na produção, muito em voga nos dias de hoje (REINERT & REINERT, 2006). Tentarei mostrar que esta abordagem pode ser compatível – e enriquecida – com percepções e elementos da economia pré-smithiana, da história das políticas econômicas e da economia clássica do desenvolvimento (pós-Segunda Guerra Mundial). Isto é especialmente importante, quando recomendações de medidas econômicas são introduzidas em novos contextos onde instituições e circunstâncias tidas como naturais no Primeiro Mundo não estão necessariamente presentes. O artigo argumenta que uma teoria dinâmica de mudança econômica requer o relaxamento concomitante de todos os pressupostos neoclássicos, ao mesmo tempo que reintroduz os diversos fatores outrora reconhecidos como determinantes para a desigualdade do desenvolvimento econômico.

Algumas vezes novas abordagens são reprimidas pela habilidade do *mainstream* de usurpá-las e absorvê-las, enquanto também neutraliza seus aspectos originais mais relevantes. A economia keynesiana foi um exemplo disto. A economia novo-institucional é outro. Esta abordagem tornou-se economia neoclássica com a adição de algumas instituições estáticas (na maioria, direitos de propriedade); o que é um tipo muito diferente de teoria comparativamente à “antiga” escola institucionalista, cujas raízes remontam a Thorstein Veblen<sup>1</sup>. Do meu ponto de vista, existe atualmente um risco de desenvolvimento similar da economia evolucionária: que uma teoria “novo”-evolucionária seja criada, consistindo essencialmente em economia *mainstream* com a adição de uma variável “schumpeteriana”. O risco de fusão entre elementos neoclássicos e evolucionários é evidente hoje em dia na União Européia. A Estratégia de Lisboa (*Lisbon Strategy*) – em sua concepção, uma teoria evolucionária – está se tornando um “glacê” schumpeteriano sobre um completo “bolo” neoclássico. O mesmo perigo está presente quando se tenta aplicar teorias evolucionárias no Terceiro Mundo, onde – em sua forma mais simples – se arrisca que uma “economia evolucionária” seja criada ao substituir “investimento” por “inovação” numa abordagem de resto neoclássica. Aqui eu sugiro uma guinada de direção: que uma série de velhas percepções – particularmente na medida em que estas são trazidas juntas sistematicamente – são tão úteis quanto necessárias para complementar as abordagens atuais. No meu entender, ao absorver elementos tecnológicos subjacentes, a economia evolucionária pode mesmo algumas vezes reforçar antigos argumentos e explicar porque tanto os mercantilistas quanto os teóricos clássicos do desenvolvimento estavam frequentemente corretos. Em seguida, isto será ilustrado com a discussão de um artigo seminal do discípulo de Schumpeter, Hans Singer (1950). Meu artigo procura mapear os mais importantes desses fatores, que, por si ou cumulativamente, complementam as complexidades da economia de desenvolvimento austro-germânica.

## Economia como teorização por exclusão

“*Zuerst war die Ganzheit*”; “No princípio foi a totalidade”. Esta é uma afirmação típica da tradição historicista alemã em economia. Esta vontade de abarcar e compreender qualitativamente “o todo” rende um vasto instrumental de análise para a profissão e, por outro lado, dá lugar a uma teoria não muito abstrata. “A Eco-

1 Para uma discussão sobre instituições nesta perspectiva, ver Reinert (2006).

nomia como um todo” (*Das Gesamtbild der Volkswirtschaft*) é também o título do último capítulo do livro de Joseph Schumpeter *Teoria do desenvolvimento econômico* (*Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, SCHUMPETER, 1912), o capítulo que ele deixou de fora de todas as edições e traduções subsequentes, possivelmente para tornar sua teoria mais anglo-saxônica quando iniciou sua carreira nos Estados Unidos<sup>2</sup>. A economia, afirma Schumpeter, nos apresenta um eterno custo de oportunidade (*trade-off*) entre precisão *versus* relevância: “Precisamos decidir se queremos respostas *simples* a nossas questões ou respostas *úteis* – em termos econômicos não podemos ter ambas”<sup>3</sup>. A solução salomônica de Schumpeter para a ardente *Controvérsia do Método* na profissão econômica foi ter teorias em variados níveis de abstração, e então buscar a teoria num nível de abstração em que se é possível encontrar a resposta para a questão em mãos (SCHUMPETER, 1908). Um argumento básico deste artigo é que a economia padrão atual opera em um nível de abstração demasiadamente alto para apreender fatores-chaves responsáveis por desenvolvimento desigual. Não é possível remendar isto adicionando uma variável “schumpeteriana”. É imprescindível considerar “o todo”.

Até meados do século XVIII, o custo de oportunidade entre precisão e relevância era geralmente resolvido usando-se teorias holísticas que prezavam a relevância em detrimento da abstração. Ainda que os autores considerassem seu campo uma “ciência”, em comparação à situação atual, alguém poderia mesmo chamar estas abordagens de pré-disciplinares. Tudo que fosse relevante fazia parte da teoria. Por exemplo: como desnutrição afeta, de certo modo, o desempenho econômico, nutrição é parte de economia. As primeiras tentativas de se atingir níveis mais elevados de abstração através do uso da matemática – por economistas italianos do século XVIII – foram rapidamente abandonadas porque, como alertara o matemático Ignazio Radicati a seus amigos economistas em 1752, “você farão com a economia política o que os escolásticos fizeram com a filosofia. Ao tornar as coisas mais e mais sutis, vocês não saberão onde parar” (TUBARO, 2000, p. 15; S. REINERT, 2005).

Quando, com Adam Smith e posteriormente com David Ricardo, a economia elevou seu nível de abstração, isto foi feito ao custo de se excluir um número de fatores que eram partes essenciais da economia na década de 1750: a importância de sinergias e de se equilibrar diferentes atividades econômicas num país; instituições; o papel de retornos crescentes combinados a uma vasta divisão do trabalho; o papel de

2 O capítulo é tanto reproduzido em alemão quanto traduzido para o inglês em Backhaus (2003).

3 Schumpeter, no prefácio a Zeuthen (1930).

inovações e da mudança técnica (por exemplo Francis Bacon<sup>4</sup>; John Cary, 1905; James Steuart, 1769); e o fato que as atividades econômicas são qualitativamente diferentes como catalisadoras do crescimento econômico. Durante a maior parte da história da profissão, estes são todos fatores que foram vistos como importantes para explicar por que o desenvolvimento econômico é um processo tão desigual. Um grau mais elevado de abstração foi obtido ao custo de se reduzir a complexidade e de se excluir variáveis. Em economia este é um processo que se movimenta para frente e para trás ao longo do tempo, quase como “modas”. É possível ver a história do pensamento econômico composta de longas e quase monótonas seqüências dos mesmos fatores econômicos entrando na teoria, para posteriormente serem descartados e então serem incluídos de novo: retornos crescentes como um fator econômico foram descritos pelos gregos e codificados numa teoria de crescimento desigual por Antonio Serra em 1613; esquecidos, mas ressuscitados na Itália nos anos 1750; abandonados novamente por Smith e Ricardo; apenas para serem redescobertos por economistas alemães nas décadas de 1840 e 1850; mantidos por Alfred Marshall<sup>5</sup>; formalmente desenvolvidos pelo economista americano Frank Graham (1923); descartados novamente por Jacob Viner na década de 1930 por serem incompatíveis com o equilíbrio; reintroduzidos por Paul Krugman nos anos 1980; com sua importância outra vez desprezada por Jagdish Bhagwati ao considerá-la “rendição juvenil à exuberância irracional” por parte de Krugman (BHAGWATI, 2002, p. 22).

A percepção orientadora do conceito de desconstrução do filósofo francês Jacques Derrida é altamente relevante para a economia: toda estrutura – seja ela literária, psicológica, social, econômica, política ou religiosa – que organiza nossa experiência é constituída e mantida através de atos de exclusão. No processo de criar alguma coisa, outra coisa é inevitavelmente deixada de fora. Estas estruturas excludentes podem se tornar repressivas – e esta repressão surge com conseqüências. Numa postura que remete à Freud, Derrida insiste que aquilo que é reprimido não desaparece, mas sempre retorna para abalar toda construção, não importa quão segura ela possa parecer (TAYLOR, 2004). Sugerimos que uma economia do desenvolvimento “nova e melhorada” precisa ter em mente a advertência de Derrida. Ao longo dos últimos anos, o imenso peso político e econômico das Instituições de Washington criou uma série de idiosincrasias monotemáticas, fatores que – adicionados à economia padrão – deverão resolver os problemas da pobreza: instituições, direitos de propriedade,

4 Para uma discussão sobre a introdução do conceito de inovação nas ciências sociais, ver Reinert & Daastøl (1997).

5 Ver particularmente Marshall (1890, p. 201) para uma afirmação em política pública.

“competitividade”, governança, e assim por diante<sup>6</sup>. Deve-se ter cuidado para que “inovação” não se torne ainda mais um jargão com o qual a economia neoclássica é mantida viva ao adicionar novos fatores à margem. Minha sugestão para que se crie uma economia do desenvolvimento evolucionária requer uma abordagem inclusiva em que noções de longa data e ainda relevantes deveriam ser reintroduzidas na estrutura teórica. Referi-me a este tipo alternativo de economia como *The Other Canon* [“O outro cânone”] (REINERT, 2004a)<sup>7</sup>.

### Um estudo em história da teorização por inclusão: porque desenvolvimento econômico requer “manufatura”

Do ponto de vista do Terceiro Mundo, a mais considerável característica da economia padrão desde Adam Smith é provavelmente que a teoria da economia internacional foi construída como um mecanismo criador de harmonia. Isto foi alcançado no tempo de Adam Smith principalmente ao introduzir duas mudanças fundamentais no modo como a teoria econômica era construída, efetivamente através da exclusão dos fatores que antes eram considerados importantes para o crescimento econômico. Processos bem sucedidos de recuperação do atraso econômico – dos implantados pelos Estados Unidos e pela Europa Continental até os do Leste da Ásia – mantiveram assim elementos-chaves de economia pré-smithiana: dentre estes, a insistência em não aderir totalmente à economia mundial até que a industrialização fosse atingida. Nesta seção, examinaremos como a compreensão da necessidade de se desenvolver manufaturas evoluiu ao longo dos tempos, e sugerimos como a economia evolucionária pode melhorar esta longa série de análises.

As mudanças fundamentais introduzidas por Adam Smith na economia foram:

1. Da compilação das leis romanas sob o Imperador Justiniano por volta de 400 d.C. até Adam Smith, a metáfora para a sociedade humana sempre foi o *corpo humano*, com sua diversidade, sinergias e divisão do trabalho (REINERT & REINERT, 2005). Partindo de Adam Smith, as metáforas baseadas na física dominaram a economia, levando tanto ao individualismo metodológico (a exclusão da sociedade como tal como unidade de análise), quanto a uma subjacente “hipótese da igualdade” à profissão

6 Isto é discutido no prefácio a Reinert (2004a).

7 [www.othercanon.com](http://www.othercanon.com).

(BUCHANAN, 1979), deixando de fora diversidades, complexidades e sinergias da vida real, que, ao final, contribuem decisivamente para fazer do processo de crescimento econômico, por sua própria natureza, um processo desigual.

2. Adam Smith unificou “produção” e “comércio” em “horas de trabalho” (BIERNACKI, 1995). Como resultado disto, a economia abdicou-se de estudar as complexidades e vicissitudes inerentes ao mundo da produção, e – com David Ricardo – a teoria do comércio pôde conseqüentemente ser reduzida a um exercício de escambo de horas de trabalho. Estas horas de trabalho e a teoria em si são vazias de qualquer atributo qualitativo de compreensão da produção (destrezas, inovações, aprendizado, retornos decrescentes e crescentes, tecnologia etc.)<sup>8</sup>. Conhecimento, sagacidade e vontade humana foram excluídos da economia e a profissão passou a focar a *acumulação do capital* em detrimento do foco na *difusão do conhecimento* (NELSON, 2006).

É interessante notar que as percepções teóricas que apontam para a riqueza como um produto de *fatores sistêmicos* – como na atual abordagem dos Sistemas Nacionais de Inovação – estão entre as mais antigas percepções econômicas importantes. Esta visão era o “*mainstream*” a partir dos anos 1200, com o chanceler florentino Brunetto Latini (d.C. 1210-1294) e seu conceito da riqueza sendo um resultado de *ben comune*, uma *common weale*<sup>9</sup> (BARON, 1966; LATINI, 1993)<sup>10</sup>. Contudo, como as metáforas baseadas na física passaram a dominar a economia, tais elementos sistêmicos tenderam a desaparecer, porque a teoria perdeu as ferramentas com que lidar com eles.

Mas a mais séria conseqüência da adoção em economia dos modelos baseados na física foi a criação da “hipótese da igualdade”<sup>11</sup>; abandonando a noção de senso comum de que nem todas as atividades são qualitativamente semelhantes como promotoras de desenvolvimento e crescimento. Como conseqüência, todo o debate sobre retornos decrescentes e crescentes foi silenciado, ainda que estes claramente estejam no núcleo dos efeitos cumulativos viciosos e virtuosos em economia. A elegância da economia foi alcançada ao preço de se ignorar as diferentes condições e contextos

8 A tecnologia continuou a exercer um papel importante na Europa Continental e particularmente na tradição econômica alemã, sistematicamente através de Marx e Schumpeter. O professor de economia Johann Beckmann publicou seu trabalho seminal em tecnologia no ano seguinte à publicação de Riqueza das Nações, de Smith (BECKMANN, 1777). Para uma perspectiva desta tradição, ver Reinert (2005).

9 *prosperidade pública*, grifo no original [N.T.]

10 Quando Maquiavel, trezentos anos depois, explica por que as cidades são ricas, ele ecoa Latini: “*Il ben comune fa grandi le città*” [“a prosperidade pública torna grande a cidade”] (REINERT & DAASTØL, 1997).

11 Ver o capítulo do livro de Buchanan “*Equality as Fact and Norm*” [“Igualdade como Fato e Norma”] (BUCHANAN, 1979, pp.231-252).

em que a criação de riqueza se desenrola, e com isto algumas das percepções mais cruciais sobre o mecanismo que causa pobreza e riqueza foram perdidas. No mesmo século quando a humanidade criou ordem em nosso mundo através de sistemas taxonômicos – sendo o de Lineu o mais famoso –, Adam Smith deu luz a uma hipótese da igualdade que liberou a economia de todas as taxonomias. A ironia disto é que a política econômica da própria Inglaterra foi baseada numa simples taxonomia: “compre matérias-primas, venda produtos manufaturados”, uma fórmula que, como Friedrich List acuradamente observou, por séculos produziu toda uma teoria econômica completa na Inglaterra<sup>12</sup>.

Retornos decrescentes encontram-se entre nós como um fato econômico desde a Bíblia, quando ela explica que Abraão e Ló se separam porque “a terra não podia sustentá-los, para eles habitarem juntos” (Gn 13, 6). Retornos decrescentes ocorrem quando, em algum ponto, cada trabalhador adicional criará relativamente menos produção que o seu predecessor, porque ele possui cada vez menos do pedaço fixo de terra com que trabalhar, e/ou quando mais terra marginal deve ser posta em produção<sup>13</sup>. Antonio Serra, a quem Schumpeter chama “o primeiro a escrever um tratado científico em economia”, explicou a crescente distância entre a riqueza de Veneza e a pobreza de Nápoles ao justapor os retornos crescentes, custos cadentes, crescentes “barreiras à entrada” e padrão de vida em ascensão em Veneza com a pobreza da produção de matérias-primas de Nápoles, onde retornos decrescentes produziram o efeito oposto (REINERT & REINERT, 2003). Ainda que retornos decrescentes sejam cancelados por mudanças tecnológicas, na atualidade, em países desindustrializados, pressões populacionais combinadas a retornos decrescentes podem produzir desastres de proporções quase bíblicas<sup>14</sup>.

Mesmo que conceitualmente separáveis, Schumpeter ressaltou a dificuldade de separar retornos crescentes de mudanças técnicas na prática. Uma vez que a tecnologia de produção de Henry Ford não estava disponível na escala previamente empregada na produção de automóveis, era impossível separar os efeitos destes dois fatores. Schumpeter então cunhou o termo *retornos crescentes históricos* com vistas a cobrir ambos os fenômenos (SCHUMPETER, 1996, p. 263)<sup>15</sup>. Esta percepção é ainda

12 No prefácio a List (1841). Não encontrei esta observação na tradução inglesa [N.A.].

13 Retornos decrescentes genuínos só são encontrados em atividades econômicas em que um fator de produção foi “produzido” pela natureza, em agricultura, mineração ou pesca. E outras atividades todos os fatores de produção são essencialmente expansíveis na mesma ou em melhor qualidade.

14 Ver Reinert (2004b) para um estudo de caso de tal desenvolvimento na Mongólia. Ver também Reinert (1996b).

15 Schumpeter atribui esta percepção ao economista escocês James Anderson (1777).

mais importante na atualidade, quando o crescimento de intangíveis, serviços e valor agregado intelectual se tornou um grande atributo da chamada Sociedade do Conhecimento. Ao mesmo tempo, o processo de segmentação e diferenciação em mercados de manufaturas, na medida em que o mercado cresce, cria escala e barreiras à entrada em nichos cada vez menores. Alguns tipos de produção agrícola podem adquirir características que anteriormente eram associadas à manufatura, enquanto alguns produtos manufaturados podem se comportar mais como *commodities* (ainda que com retornos constantes ao invés de decrescentes). Este desenvolvimento turva as distinções tradicionais entre os setores.

Não obstante, nos dois casos – o crescimento dos valores intangíveis e a diferenciação de processos – uma questão chave continua sendo se os frutos da produção podem ser retidos graças ao controle das fontes de produtividade e dos preços do mercado. Isto tradicionalmente ocorreu nas manufaturas através do controle das mudanças técnicas e através das barreiras à entrada criadas por retornos crescentes.

Uma percepção fundamental da economia clássica do desenvolvimento foi o artigo seminal de Hans Singer, que discute como os frutos das mudanças tecnológicas se espalham de modo diferente nas indústrias manufatureiras do Primeiro Mundo e na produção de matérias-primas do Terceiro Mundo (SINGER, 1950). Esta foi uma parte importante da tese Prebisch-Singer, contendo importantes discussões sobre tecnologia e desenvolvimento que à época eram obliteradas pela preocupação geral dos Termos de Troca.

A economia evolucionária traz potencialmente novas percepções ao debate sobre os Termos de Troca e à tese Prebisch-Singer da economia clássica do desenvolvimento. Esta tese se baseia na idéia de que os termos de troca dos países em desenvolvimento são determinados por assimetrias em operação nos mercados de trabalho, nos países do centro e nos periféricos (OCAMPO & PARRA, 2006, p. 169). A economia evolucionária pode, de fato, retroceder um passo nesta análise, ao examinar as variáveis tecnológicas – tais como inovações de produtos e de processos – que contribuem para as assimetrias no mercado de trabalho. Na agricultura de *commodity*, o fato de que as fontes de inovação tendem a se localizar fora do setor em si – na fábrica de tratores da Ford ou na fábrica de sementes da Monsanto –, mais baixas barreiras à entrada, retornos decrescentes, volatilidade climática e competição perfeita juntos explicam por que a agricultura falhou em reter os frutos da mudança técnica. Uma análise adequada da mudança tecnológica será capaz, de diferentes maneiras, de complementar e enriquecer as explicações de por que as diferenças percebidas em “manufatura” e “agricultura” se dão na prática.

A tabela 1 sumariza este processo histórico de se tentar compreender as fontes de riqueza e prosperidade das nações ao compreender os contrastes entre manufatura e agricultura, a cidade e o campo, o crescimento auto-impulsionado das atividades intensivas em tecnologia sob retornos crescentes e o restrito potencial de criação de riqueza da terra contida em produção de *commodity* sob retornos decrescentes. Estes elementos trabalham associados criando cumulativamente tanto em termos de *path dependance* [“dependência de trajetória histórica”], quanto de *lock-in effect* [“efeito de exclusão”, quando se obtém vantagem por ser pioneiro].

É importante ter em mente que não é a manufatura *per se* e a agricultura *per se* que produzem estes efeitos, mas um punhado de características que há séculos – e com razoável precisão – são percebidas como típicas dos dois tipos de atividades econômicas<sup>16</sup>. Hoje em dia, há muitos segmentos manufatureiros e tipos de serviços que vivem sob retornos constantes de escala, baixas barreiras à entrada e quase sob competição atomística [“*commodity competition*”]. Por outro lado, há tanto serviços intensivos em conhecimento, quanto alguns nichos na agricultura que podem se comportar como manufaturas de alta tecnologia. Portanto, as percepções e a compreensão do contraste entre manufatura e agricultura ainda se mantêm, desde que se tenha em mente quem retém as alavancas da produtividade e da precificação, à medida que o crescimento avança.

**Tabela 1:** Teorizando por inclusão: as diferenças qualitativas entre manufatura e agricultura como percebido ao longo do tempo como tipos ideais ou fatos estilizados

“Manufatura”	“Agricultura”
Riqueza generalizada encontrada apenas em cidades com artesãos e manufaturas e explicada por um fator sistêmico: Il ben comune (Florença, anos 1200).	Tradicionalmente muito poucos efeitos sistêmicos, ausência de ben commune (prosperidade pública).
A experiência dos anos 1500 na Espanha: as minas de ouro reais são as indústrias manufatureiras, porque o ouro das Américas acaba nas cidades manufatureiras fora da Espanha (conhecimento generalizado dos anos 1600).	A experiência dos anos 1500 na Espanha: desindustrialização e retorno à agricultura criam pobreza crescente: uma nação está numa melhor situação com uma manufatura relativamente ineficaz do que com nenhuma.
Janelas de oportunidade para inovação concentrada em poucas atividades (todas urbanas: BOTERO, 1589) (PEREZ & SOETE, 1988).	Poucas janelas de oportunidade para inovação (até muito recentemente na história).

16 A discussão de “boa” e “má” troca nos anos 1700 é uma versão particularmente sofisticada deste tipo de análise (KING 1721; REINERT & REINERT, 2005).

Riqueza generalizada causada por uma ampla diversidade/divisão do trabalho/maximização do número de profissões (SERRA, 1613).	Tradicionalmente apenas uma diversidade mínima e muito pouca divisão do trabalho.
Especialização internacional leva a retornos crescentes/economias de escala, produzindo custos cadentes, barreiras à entrada e maiores lucros (SERRA, 1613).	Especialização enfrentará o muro flexível de retornos decrescentes e custos crescentes/produtividade cadente (do Gênesis bíblico a Ricardo e John Stuart Mill).
População elevada necessária com vistas a criar escala/mercados para manufaturas (teoria populacional européia pré-malthusiana).	População elevada é um problema, por causa dos retornos decrescentes e da falta de terra nova (Malthus).
Importantes sinergias entre a cidade e o campo: apenas fazendeiros próximos a cidades manufatureiras produzem eficientemente (Europa dos 1700 a George Marshall, 1947).	Apenas fazendeiros que compartilham um mercado de trabalho com atividades manufatureiras são ricos: mercado para produtos, mercado para trabalho excessivo, acesso a tecnologia (EUA/Europa, anos 1800).
Exportação de bens manufaturados e importação de matérias-primas, mas também o intercâmbio de manufaturados por outros manufaturados é a “boa troca” para uma nação (KING, 1721). <sup>17</sup>	Exportação de matérias primas e importação de bens manufaturados é a “má troca” para uma nação (KING, 1721).
Competição imperfeita dinâmica.	Competição perfeita ( <i>competição atomística</i> ).
Atividades com alto crescimento na demanda na medida em que cresce a renda/ Lei de Verdoorn amarra o crescimento da demanda ao crescimento na produtividade.	Atividades com baixa elasticidade da demanda.
Sujeita a “explosões de produtividade” desde os anos 1400.	Crescimento moroso na produtividade até após a Segunda Guerra Mundial.
Produção estável que pode ser ajustada finamente à demanda. Superprodução evitada com a estocagem de matérias-primas e semimanufaturados.	Produção cíclica/superprodução (sem possibilidade de estocar semimanufaturados).
Preços estáveis.	Amplas flutuações de preços. A adequação do momento da venda frequentemente mais importante para a receita do que as habilidades produtivas.
Cria uma classe média e as condições para a democracia (“O ar da cidade liberta”).	Geralmente cria uma estrutura de classe feudal.
Cria poder de barganha para o trabalho e salários irreversíveis: “rigidez” salarial em moeda.	Salários reversíveis e pagamento em espécie.
Dominado por inovações de produtos que, atingindo maturidade, transformam-se em inovações de processo.	Dominado por inovações de processos; inovações de produto para a agricultura são criadas fora do setor agrícola (o trator da Ford; as sementes da Monsanto; biotecnologia).
Mudança tecnológica leva a maiores salários, lucros e impostos nos países produtores (um “regime salarial fordista”).	Mudança tecnológica leva principalmente a menores preços nos países consumidores (SINGER, 1950).

17 Se assumirmos que os manufaturados são produzidos sob retornos crescentes e matérias-primas sob retornos decrescentes, isto é perfeitamente compatível com a Nova Teoria do Comércio de Krugman (KRUGMAN, 1980).

Termos de Troca tendem a melhorar ao longo do tempo relativamente à agricultura.	Termos de Troca tendem a piorar ao longo do tempo relativamente aos produtos industriais.
Cria sinergias (vínculos; <i>clusters</i> ).	Cria poucas sinergias.

Também se deve enfatizar que, atualmente, tem-se tido grande cuidado em se diferenciar cidades puramente administrativas – como Madrid e Nápoles – das cidades manufatureiras como Milão ou Veneza. Foram as atividades urbanas típicas – sujeitas a retornos crescentes e vasta divisão do trabalho em sinergia – que criaram riqueza, não a aglomeração de pessoas *per se*.

### Como os benefícios da inovação espalharam-se: uma questão chave para a economia do desenvolvimento evolucionária na atualidade

Com vistas a compreender riqueza e pobreza fora do já industrializado Primeiro Mundo, é necessário ir além da promoção de inovação *per se*, para que se compreenda em quais casos a inovação beneficia o país produtor ou o país consumidor ou ambos. A economia evolucionária, do meu ponto de vista, não presta suficiente atenção em como diferentes tipos de inovações afetam diferentes negócios. Por exemplo, a tecnologia da informação cria resultados muito diferentes nos arredores da sede da *Microsoft* em Seattle comparativamente ao que a mesma tecnologia da informação faz com a indústria hoteleira em Veneza ou na *Costa del Sol*. No negócio hoteleiro, tanto quanto no ramo de livros usados, em toda Europa, a nova tecnologia causou mais informação perfeita, que conduz a margens cadentes e a crescentes pressões baixistas nos salários e lucros. Se usarmos a definição padrão de “competitividade” – sua habilidade de criar salários reais mais elevados – inovações recentes nestas indústrias, vistas isoladamente, causaram *menor* ao invés de *maior* competitividade. As inovações tornaram as pessoas ligadas a essas atividades mais pobres<sup>18</sup>. As inovações podem também ter criado pressões em direção à perda das técnicas profissionais [“*de-skilling*”], como quando a indústria de *fast-food* criou novas caixas registradoras que poderiam ser operadas por trabalhadores analfabetos.

<sup>18</sup> Pode-se argumentar que aqueles hotéis que transformaram sua oferta em um nicho especial de produto através de inovações de serviços e segmentação podem ter escapado deste destino. Mas o ponto essencial se mantém para a grande maioria, o que obviamente engloba a maioria dos empregados no setor.

Ainda que seja bem sabido em economia da inovação que inovações de produtos e inovações de processo frequentemente produzem diferentes efeito no emprego (ver VIVARELLI & PIANTA, 2000; REINERT, 2000; PIANTA, 2005), não foi dada suficiente ênfase ao fato de que inovações, na prática, podem reduzir o valor realizado em determinadas indústrias e regiões geográficas. Quando se estende a economia da inovação ao Terceiro Mundo, estes tipos de considerações tornam-se muito mais importantes do que o são para o Primeiro Mundo.

Carlota Perez (2002) considera que cada grande revolução tecnológica tem dois aspectos complementares, porém diferentes: a) um grupamento de novas inovações básicas criando indústrias dinâmicas inter-relacionadas distintas; e b) um paradigma tecnico-econômico que define o modo pelo qual estas novas tecnologias genéricas irão transformar como as outras atividades na economia empreenderão seus negócios da maneira mais efetiva e eficiente. A figura 1 ilustra estes dois aspectos das mudanças de paradigmas.

Figura 1: Os dois aspectos principais de uma mudança de paradigma tecnico-econômico



Fonte: Carlota Perez

Os dois aspectos da mudança de paradigma explicam dois tipos de inovações muito distintos. As indústrias portadoras do paradigma geralmente produzem *inovações de produto* que criam competição imperfeita dinâmica. No resto da economia, a mudança de paradigma tende a produzir *inovações de processo* que tanto não alteram

o grau de competição imperfeita, ou – como no caso da indústria de aviação – podem desatrelar uma competição de preço e produtividade que beneficiará os consumidores ao invés dos produtores. Tais inovações podem produzir na indústria afetada salários monetários mais baixos ao invés de mais altos, mas resultará em salários *reais* mais elevados para as pessoas que consomem seus serviços. Caso um grupo de nações se especialize em *inovações de produto*, enquanto o outro se especializa em *inovações de processo*, o padrão de vida é bem propenso a elevar muito mais rápido nos países *inovadores-de-produto* em comparação aos *inovadores-de-processo*, onde o padrão pode de fato cair.

A maior riqueza produzida por inovações pode nos atingir de dois modos diferentes, seja através de maiores salários monetários, seja através de preços mais baixos dos bens que consumimos. Para os economistas clássicos, melhorias na produtividade se manifestariam na economia na forma de preços mais baixos para os produtos que experimentaram estas melhorias (SMITH, 1776/1976, p. 269; RICARDO 1817/1974, p. 46-47).

No tempo de Smith e Ricardo, o padrão-ouro facilitava o resultado que eles previam. Numa economia fechada, mantendo-se a velocidade de circulação constante, o aumento dos produtos na economia como resultado de progressos tecnológicos iria demandar a mesma quantidade de moeda. Os preços *iriam obrigatoriamente cair*. Velozes progressos tecnológicos iriam, portanto, levar à deflação – o que de fato ocorreu com frequência até que o padrão-ouro foi abolido.

Uma vez fora do padrão-ouro, as pessoas nos países industrializados enriqueceram de modo distinto. Ao invés de ver os preços dos bens industrializados cair, elas agora viam seu rendimento monetário subir em termos *nominais*. A deflação anterior causara complicados problemas sociais: era difícil convencer as pessoas que sofriam cortes salariais de que, não obstante estes cortes elas ainda assim se tornavam mais ricas, porque os preços dos bens que elas adquiriam caíam ainda mais rapidamente que seus próprios salários. Do ponto de vista das nações industrializadas, a política monetária que se seguiu após a abolição do padrão-ouro foi uma mais sensata: a oferta de dinheiro continuou subindo com a quantidade de bens na economia, ou um pouco mais rapidamente, criando uma pequena inflação que parecia ter servido para lubrificar o maquinário do desenvolvimento. Agora um produtor em uma atividade que não exibia melhoria de produtividade – por exemplo, o barbeiro – ficava rico ao elevar seus preços à taxa pela qual o salário das demais pessoas era elevado, e não apenas por ter os preços dos bens manufaturados rebaixados.

Uma política monetária que aumentou a oferta de acordo com as melhorias de produtividade não apenas preveniu deflação, junto com o poder recém adquirido pe-

los sindicados, possibilitou o que a escola francesa da regulação chamou de “regime salarial fordista”: o regime que dominou a formação dos salários em todo o mundo desenvolvido, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, em que se aceitava que o salário nominal dos trabalhadores industriais corresponderia aproximadamente ao aumento de produtividade na indústria. Esta era a causa subjacente da assimetria no mercado de trabalho, na análise de Singer. Este regime salarial fordista não podia ser copiado no Terceiro Mundo, porque estes países geralmente não tiveram sucesso em obter o poder de mercado requerido para se conseguir este efeito, uma vez que fora criado no Primeiro Mundo pelas “forças compensatórias” da competição oligopolista imperfeita e do poder dos sindicados. Este mecanismo aumentou o diferencial de salário entre o Primeiro e o Terceiro Mundo significativamente durante a maior parte do século vinte.

Um artigo anterior (REINERT, 1994) enumerou uma gama de fatores que determinam se inovações e melhorias de produtividade se espalham na economia como preços mais baixos para os consumidores (o que chamo de difusão “clássica”<sup>19</sup>) ou como preços mais elevados para os produtores (uma difusão “conivente”). Ao trazer a economia evolucionária para o Terceiro Mundo, este tipo de análise é, a meu ver, crucial, particularmente porque o pouco que lá havia de regime salarial fordista foi completamente esgotado. Isto é ilustrado dramaticamente pela porcentagem de salários e rendimentos caindo rapidamente em relação ao PIB na maioria dos países do Terceiro Mundo. Enquanto salários e rendimentos constituem cerca de 70% do PIB na Noruega, no Peru este percentual caiu para cerca de 23% em 1990 quando o departamento de estatística parou de calcular este dado.

A adição da tecnologia traz novas perspectivas para o debate sobre termos de troca. A história mostra que os termos de troca *não* se moveram contra os países industrializados com o advento da produção mais intensiva em tecnologia. Se os termos de troca – a relação entre os preços relativos das exportações e das importações – permanecem inalterados ao longo do tempo, isto tem de significar, na prática, que, na média, toda nação pode “embolsar” suas próprias melhorias de produtividade na forma de um bem-estar mais elevado. Deparado com uma ampla diversidade entre atividades econômicas, um mundo com termos de troca fixos traria uma nova lógica. Se o potencial – as janelas de oportunidade – para melhorias de produtividade é muito maior em algumas atividades econômicas do que em outras, o bem-estar nacional pode ser elevado ao se impor taxas de importação ao produto com potencial de alta

19 Porque este é o efeito presumido pelos economistas clássicos Smith e Ricardo.

produtividade. Isto tornaria possível capturar o que poderíamos chamar de renda schumpeteriana. Este argumento se torna ainda mais forte se a presença de indústrias de alta tecnologia, seus altos salários, seu potencial de criação de empregos, os mercados e as tecnologias que elas trazem consigo são, cada um e todos, necessários para criar um setor agrícola eficiente (como era entendido pelo senso comum nos séculos dezoito e dezenove).

A economia schumpeteriana também traz novas perspectivas ao colonialismo. Do ponto de vista da economia da inovação, o colonialismo era – e é –, no seu âmago, uma política tecnológica. Em 1729, o economista Joshua Gee descreveu “Colonialismo 101” em poucas palavras:

*Que todos os negros sejam proibidos de tecer tanto linho, quanto lã; ou de fiar ou cardar lã; ou de trabalhar em qualquer manufatura de ferro, além de transformá-lo em ferro-gusa ou barra de ferro: que eles sejam proibidos de produzir chapéus, meias, ou couro de qualquer tipo... Inclusive, se eles iniciarem manufaturas, e o Governo for então obrigado a interromper seu progresso, não se deve esperar que isto seja feito com a mesma facilidade que agora<sup>20</sup>.*

O colonialismo beneficiou a metrópole duplamente com a mudança tecnológica. Por um lado, o poder colonial embolsou em casa os frutos da mudança tecnológica através do regime salarial fordista, uma difusão *conivente* dos frutos da mudança tecnológica. Por outro lado, o poder colonial também se beneficiou das melhorias de produtividade nas colônias, uma vez que os frutos da melhoria atingiram a metrópole com preços mais baixos (difusão *clássica*). Tecnicamente, o poder colonial ganhou duplamente, enquanto as colônias perderam duplamente.

A transferência de becos sem-saída tecnológicos, despojados de qualquer efeito de escala, para países pobres (indústria do tipo *maquiladora*) é uma variação do mesmo sistema<sup>21</sup>. Uma vez que o mundo foi dividido em áreas de altos-salários e áreas de baixos-salários, a lógica do mercado automaticamente designa os becos tecnológicos para os pobres.

<sup>20</sup> Citado em Reinert & Reinert (2005).

<sup>21</sup> Referi-me a isto como Subdesenvolvimento Schumpeteriano (REINERT, 1996a)

## Pobreza elevada como o resultado do esgotamento do regime salarial fordista

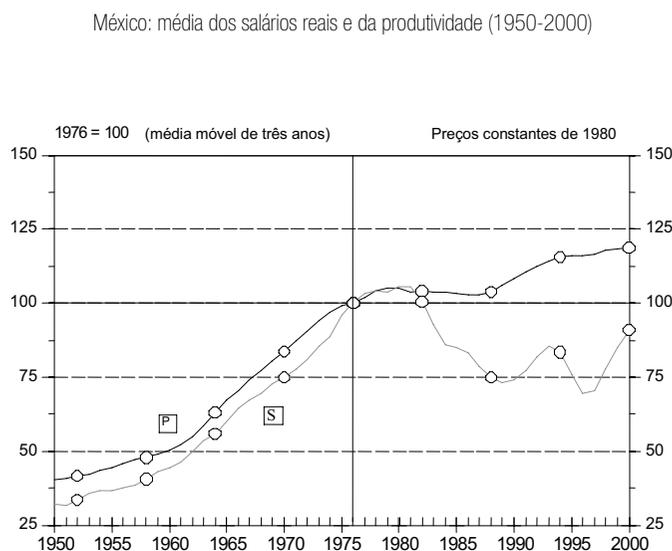
Em um país, altos salários são o resultado da combinação de efeitos tanto da mudança tecnológica e competição imperfeita schumpeteriana; de poder de mercado exercido tanto pela indústria, quanto pelos sindicatos, sob mudança técnica. Isto aumenta tanto salários, quanto poder de compra, o que se realimenta para mais crescimento em um ciclo virtuoso auxiliado pelos retornos crescentes históricos de Schumpeter. Um problema central da economia padrão e da economia das Instituições de Washington é que elas vêem “competição perfeita” como um objetivo, sem perceber o que todo homem de negócios sabe que competição perfeita é uma fórmula para não se fazer dinheiro e não ser capaz de pagar altos salários. A devastação criada no mercado mundial de café é só um exemplo de como as Instituições de Washington produziram uma corrida rumo ao fundo do poço. Esta seção examinará alguns mecanismos que fizeram desta corrida praticamente o único jogo possível.

O que chamamos de “desenvolvimento” é em certo sentido uma gigantesca renda schumpeteriana que uma porcentagem relativamente pequena da população mundial atingiu. Não se entende que as políticas atuais possam levar a uma espiral recessiva construída a partir da interação cumulativa de salários decrescentes e demanda decrescente numa “clássica” crise de sobreprodução do sistema capitalista. Dois bilhões e meio de chineses e indianos – rapidamente aumentando de nível tecnológico, mas não de salários – adicionados ao mercado de trabalho global apenas fomentam estas pressões. Por que os economistas parecem presumir que a famosa equalização dos preços dos fatores deveria ser para cima? Mais competição perfeita nos mercados de trabalho tornaria mais provável que a equalização dos preços dos fatores seja *para baixo*. Tanto os Estados Unidos, quanto o núcleo de países da União Européia estão experimentando salários reais decrescentes (freqüentemente por meio de jornadas mais longas pela mesma remuneração); na Europa pela primeira vez desde a década 1930.

O esgotamento do regime salarial fordista é claramente um importante elemento nos ciclos viciosos de demanda vacilante e aumento do desemprego, em muitos dos países de Terceiro Mundo (CIMOLI, CORREA & PRIMI, 2005). O mundo está se deslocando rumo a uma forma “clássica” de distribuição dos ganhos da mudança tecnológica, que significa que os países ricos se tornarão mais ricos através de importações mais baratas e de melhores termos de troca, enquanto os países pobres verão suas exportações subirem embora seus salários reais caiam.

As políticas de substituição de importações da América Latina trouxeram com elas alguns elementos do regime salarial fordista. De fato, os salários reais na maioria dos países latino-americanos, a cujos dados tive acesso, atingem ponto de máxima em algum momento na década de 1970. O comércio mais liberalizado no momento errado não necessariamente trouxe um menor PIB, mas acarretou sim salários reais e rendimentos cadentes para o homem comum. A porcentagem do PIB “reservado” aos salários, que os economistas clássicos ingleses pensaram ser fixado *ad eternum* num nível muito baixo (a doutrina do fundo salarial), desmoronou conforme discutido acima. A figura 2 mostra como o regime salarial fordista entrou em colapso no México no final dos anos 1970; salários e produtividade cindiram-se: a produtividade continuou a subir, ao passo que os salários caíram. A falta de demanda resultante é um elemento chave no “crescimento do desemprego” que se seguiu ao longo daquelas que são chamadas “as décadas perdidas” na América Latina. Salários reais cadentes impedem o crescimento do topo do setor de serviços, que é tão importante para o mundo desenvolvido.

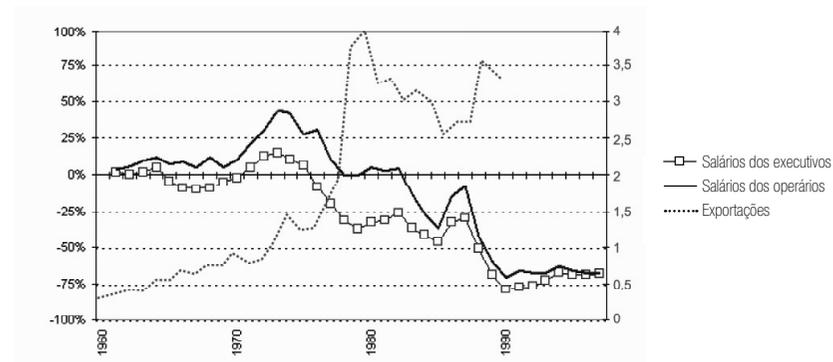
Figura 2: O esgotamento do regime salarial fordista: o caso do México



Fonte: Palma (2002)

A figura 3 mostra um desenvolvimento semelhante no Peru, mas focando nas exportações e nos salários. Os números da exportação apresentam um retumbante sucesso, que é combinado com salários reais decrescentes e, na maioria dos anos, com um grande déficit comercial. A economia global criou um sistema que maximiza o comércio internacional (e os custos de transporte e poluição correlatos), enquanto reduz os salários reais da maioria da população em muitos países. Salários e rendimentos compõem um nítido percentual decrescente do PIB nacional. O setor FIRE [acrônimo da língua inglesa formado pelas iniciais de “finance, insurance & real estate”; “finanças”, “seguro” e “imóveis”, respectivamente] apropria-se não apenas de tudo que é registrado como crescimento econômico, como também de uma participação crescente do que costumava ser distribuído como salários e rendimentos. Estabelecemos um tipo de globalização em que o vencedor leva tudo (FRANK & COOK, 1995).

Figura 3: Peru 1960-1990: Trajetórias divergentes dos salários reais e das exportações



Obs.: Os dados de exportação são em dólares correntes, exagerando o efeito visual.

Fonte: Dados salariais: Roca & Simabuco (2004); dados de exportação: Webb & Fernández Baca (2001)

Um foco crescente em inovação sozinho não solucionará estes problemas estruturais. Se os frutos da inovação vão todos para os consumidores no estrangeiro, uma nação pobre tem de olhar para outras alternativas em que seja possível criar uma distribuição “conivente” das rendas de tecnologia. A longa lista de argumentos na tabela 1 se mostrará ainda válida, adaptada ao contexto atual.

## Conclusão: criando uma economia do desenvolvimento austro-germânica

“Aquele que cura está certo”, diz um velho ditado na medicina. Este artigo fez um apelo para que se retorne ao tipo de análise que bem-sucedidamente “curou” a pobreza e criou riqueza, começando pela Inglaterra do século XV até a Coreia na década de 1970. Nesta tradição, o desenvolvimento econômico é *dependente de atividade*, amarrado a certas atividades econômicas que exibiam alto crescimento da produtividade e retornos crescentes em um sistema sinérgico formado pela presença de uma ampla divisão do trabalho (REINERT, 1994); em resumo, o que o economista alemão Werner Sombart chamou de “o sistema industrial”. Que somente a presença de um tal sistema industrial pode criar agricultura eficiente foi uma percepção chave dos anos 1700. Historicamente, processos bem-sucedidos de recuperação do atraso econômico criaram cópias de estruturas econômicas predominantes nos países ricos em qualquer tempo, isto é, o mesmo equilíbrio entre manufatura e agricultura e as mesmas indústrias portadoras do paradigma (*paradigm carrying industries*). No começo, por uma variedade de razões, estas cópias são necessariamente menos eficientes do que a estrutura econômica que tentam emular e, portanto, requerem algum tipo de direcionamento e proteção.

Werner Sombart definiu o capitalismo como constituindo de 1) o *empreendedor*; 2) o Estado moderno; e 3) o *sistema industrial* (SOMBART, 1928). Por esta definição, o sistema produtivo das colônias nunca foi capitalista. Conforme argumentamos, do ponto de vista evolucionário, o colonialismo foi, por séculos, efetivamente uma política de tecnologia com objetivo de alijar as colônias da dinâmica industrial. O mundo atual manteve um modelo semelhante, com o novo elemento que algumas indústrias manufatureiras com pouca mudança tecnológica e com vácuo de efeitos de escala são delegadas aos países pobres (atividades de montagem tipo *maquiladoras*). Mudar esta secular dependência da trajetória histórica requererá políticas sólidas.

A economia da inovação atual articula elementos, descrevendo o que Sombart chama de *sistema industrial*, um sistema similar ao que Friedrich List chamou, em 1841, de *sistema nacional de economia política*, o que hoje nós chamaríamos de sistemas nacionais de inovação, associados aos nomes de Christopher Freeman, Bengt-Åke Lundvall e Richard Nelson. Como foi apontado (LUNDVALL et al., 2002, p. 226), um dos maiores desafios que este corpo teórico encara é que muito do trabalho feito sobre sistemas nacionais de inovação são *post facto*, no sentido que muita pesquisa é

feita em sistemas que já são maduros, já diversificados e bem-sucedidos. Teorias e conceitos que funcionam maravilhosamente bem em países com tradição industrial que remonta a séculos podem, entretanto, tornar-se muito menos produtivas – quicá pura e simplesmente destrutivas – no contexto dos países em desenvolvimento, a não ser que sejam retificados através de uma lente histórica.

Neste artigo argumentei que uma parte necessária da solução para este problema se situa na introdução de uma gama de fatores, alguns dos quais fizeram parte do discurso econômico por séculos, mas também outros elementos (como os diferentes efeitos de inovações de processos e de produto) que são parte da economia evolucionária em si, mas que serão muito mais fundamentais para um discurso do Terceiro Mundo. Com vistas a criar uma compreensão qualitativa dos fatores que polarizam o mundo em riqueza crescente e pobreza crescente, precisamos criar a *economia por inclusão*, um sistema em que todos os fatores relevantes são considerados simultaneamente. Isto trará de volta à economia a abordagem histórica/institucionalista que morreu depois da Segunda Guerra Mundial. Esta economia por inclusão também abrirá caminho para *políticas de inclusão*, um sistema que colocará a ênfase no bem-estar da maioria e não no crescimento do setor exportador.

Uma economia do desenvolvimento austro-germânica poderia enriquecer a Nova Economia do Desenvolvimento (CHANG, 2003; DE PAULA & DYMSKI, 2005; JOMO & FINE, 2006), ao alargar seu instrumental e seu escopo histórico. Fazer isto traria de volta as percepções chaves da economia clássica do desenvolvimento e também percepções do único laboratório que os economistas possuem: a história da política econômica (JOMO & REINERT, 2005). A sinergia resultante criaria a *economia sem equilíbrio* (para usar um termo de Nicolas Kaldor), algo muito próximo da abordagem da hoje extinta escola histórica de economia, em que a relevância era o único critério pelo qual os instrumentos dos economistas eram escolhidos. Ao invés de equilíbrio, teríamos um *ótimo* como um alvo móvel à nossa frente na medida em que a fronteira sem-fim do conhecimento é empurrada para diante, mas com os frutos da mudança tecnológica distribuídos de maneira mais equitativa, ao redistribuir a produção ao invés de redistribuir lucro na forma de socorro.

## Bibliografia

- ANDERSON, James. *Observations on the means of exciting a spirit of national industry; chiefly intended to promote the agriculture, commerce, manufactures, and fisheries, of Scotland. In a series of letters to a friend.* Edinburgh, T. Cadell, 1777.
- BACKHAUS, Jürgen (org.). *Joseph Alois Schumpeter. Entrepreneurship, Style and Vision.* Boston, Kluwer, 2003.
- BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance.* Princeton, Princeton University Press, 1966.
- BECKMANN, Johann. *Anleitung zur Technologie, oder zur Kenntniss der Handwerke, Fabriken und Manufacturen, vornehmlich derer, die mit der Landwirthschaft, Polizey und Cameralwissenschaft in nächster Verbindung stehen.* Göttingen, Wittve Vandenhoeck, 1777.
- BHAGWATI, Jagdish. *Free Trade Today.* Princeton, Princeton University Press, 2002.
- BIERNACKI, Richard. *The Fabrication of Labour: Germany and Britain, 1640-1914.* Berkeley, University of California Press, 1995.
- BOTERO, Giovanni. *Della ragione di stato. Libri dieci, also containing Delle cause della grandezza delle città, libri tre.* Roma, Vicenzio Pellagalo, 1589.
- BUCHANAN, James. *What Should Economists Do?* Indianapolis, Liberty Press, 1979.
- CARY, John. *An Essay on the State of England in Relation to its Trade, its Poor, and its Taxes, for Carrying on the Present War against France.* Bristol, impresso por W. Bonny, para o autor, 1695.
- CHANG, Ha-Joon (org.). *Rethinking Development Economics.* Londres, Anthem, 2003.
- CIMOLI, Mario, CORREA, Nelson, PRIMI, Annalisa. *Crecimiento y estructura productiva en economías abiertas: lecciones de la experiencia de América Latina.* Santiago de Chile, CEPAL, 2005.
- DE PAULA, Silvana, DYMSKI, Gary (orgs.). *Reimagining Growth. Towards a Renewal of Development Theory.* Londres, Zed, 2005.
- FRANK, Robert, COOK, Philip. *The Winner-Take-All Society.* Nova Iorque, Free Press, 1995.
- GRAHAM, Frank. Some Aspects of Protection further considered. *Quarterly Journal of Economics*, 37, pp. 199-227, 1923.
- JOMO K.S., FINE, Ben (orgs.). *The New Development Economics. After the Washington Consensus.* Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, 2006.
- JOMO, K.S., REINERT, Erik S. (orgs.). *The Origins of Development Economics. How Schools of Economics have Addressed Development.* Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, 2005.
- KING, Charles. *The British Merchant; or, Commerce Preserv'd.* Londres, John Darby, 3 volumes, 1721.
- KRUGMAN, Paul. *Rethinking International Trade.* Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1980.
- KOHN, Meir. Value and Exchange. *Cato Journal*, Vol. 24, n. 3, pp. 303-339, 2004.
- LATINI, Brunetto. *The Book of the Treasure (Li livres dou tresor).* New York, Garland, 1993.
- LIST, Friedrich. *Das Nationale System der Politischen Ökonomie.* Stuttgart, Cotta, 1841.
- LUNDVALL, Bengt-Åke, JOHNSON, Björn, ANDERSEN, Esben Sloth, DALUM, Bent. National Systems of Production, Innovation and Competence Building, *Research Policy*, 31, pp. 213-231, 2002.
- MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics.* Londres, Macmillan, 1890.
- NELSON, Richard R. Economic Development from the Perspective of Evolutionary Economic Theory. *The Other Canon Foundation / Tallinn University of Technology Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, nº 2. 2006, disponível em <http://hum.ttu.ee/tg>, acesso em setembro 2007.
- OCAMPO, José Antonio, PARRA, Maria Angela. The Commodity Terms of Trade and Their Strategic Implications for Development, in JOMO, K.S. (org.) *The Long Twentieth Century: Globalization under Hegemony.* Nova Delhi, Oxford University Press, pp. 164-194, 2006.
- PALMA, Gabriel. *The Mexican Economy since trade liberalisation and NAFTA: on the 'de-linkaging' of a dynamic export expansion and the collapsing of an export multiplier.* Cambridge, Cambridge University Press, 2002.
- PEREZ, Carlota. *Technological Revolutions and Financial Capital. The Dynamics of Bubbles and Golden Ages.* Cheltenham, Elgar, 2002.
- PEREZ, Carlota, SOETE, Luc. Catching Up in Technology: Entry Barriers and Windows of Opportunity, in: G. DOSI, C. et al. (orgs) *Technical Change and Economic Theory.* Londres, Pinter, pp. 458-479, 1988.
- PIANTA, Mario. Innovation and Employment, in: J. FAGERBERG, D. MOWERY, R. NELSON (orgs). *The Oxford Handbook of Innovation.* Oxford, Oxford University Press, pp. 568-598, 2005.
- REINERT, Erik S. Catching-Up from Way behind. A Third World Perspective on First World History, in: J. FAGERBERG, B. VERSPAGEN, N. von TUNZELMANN (orgs.). *The Dynamics of Technology, Trade and Growth,* Aldershot, Elgar, pp. 168-197, 1994.
- REINERT, Erik S. The role of technology in the creation of rich and poor nations: Underdevelopment in a Schumpeterian system, in: D. ALDCROFT, R. CATTERALL (orgs). *Rich Nations – Poor Nations. The long run perspective.* Aldershot, Elgar, pp. 161-188, 1996a.
- REINERT, Erik S. Diminishing Returns and Economic Sustainability: The dilemma of resource-based economies under a free trade regime, in: S. HANSEN, J. HESSELBERG, H. HVEEM (orgs.), *International Trade Regulation, National Development Strategies and the Environment: Towards Sustainable Development?* Oslo, Centro para o Desenvolvimento e o Meio-Ambiente, Universidade de Oslo, pp. 119-150, 1996b.
- REINERT, Erik S. Compensation Mechanisms and Targeted Economic Growth: Lessons from the History of Economic Policy, in: VIVARELLI, M., PIANTA, M. (orgs), *The Employment Impact of Innovations.* Londres, Routledge, pp. 182-206, 2000.

- REINERT, Erik S (org.). *Globalization, Economic, Development and Inequality: An Alternative Perspective*. Cheltenham, Elgar, 2004a.
- REINERT, Erik. *Globalisation in the Periphery as a Morgenthau Plan: The Underdevelopment of Mongolia in the 1990's*, in: REINERT (2004a), pp. 157-214, 2004b.
- REINERT, Erik S. German Economics as Development Economics. From the Thirty Years' War to World War II, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs), *Origins of Economic Development*. Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 48-68, 2005a.
- REINERT, Erik S. Austrians Economics and 'The Other Canon, in BACKHAUS, Jürgen (org.), *Modern Applications of Austrian Thought*, Milton Park, Routledge, pp. 253-298, 2005b.
- REINERT, Erik S. Institutionalism Ancient, Old and New: a Historical Perspective on Institutions and Uneven Development. Paper de pesquisa nº 2006/77, United Nations University, WIDER, Helsinki. Publicação prevista para 2007, in CHANG, Ha-Joon (org.), *Institutional Change and Economic Development*. Tóquio, United Nations University Press & London, Anthem, 2006.
- REINERT, Erik S., Daastøl, Arno. Exploring the Genesis of Economic Innovations: The religious gestalt-switch and the duty to invent as preconditions for economic growth. *European Journal of Law and Economics*, 4, 2/3, 1997, pp. 233-283, 1997 e in: Christian Wolff. *Gesammelte Werke, Materialien und Dokumente*. Hildesheim, Olms, 1998.
- REINERT, Erik S., REINERT, Sophus. *An Early National Innovation System: the Case of Antonio Serra's 1613 'Breve Trattato'*. *Institutions and Economic Development/Istituzioni e Sviluppo Economico*, 1 (3), pp. 87-129, 2003.
- REINERT, Erik S., REINERT, Sophus. Mercantilism and Economic Development: Schumpeterian Dynamics, Institution Building and International Benchmarking, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs), *Origins of Economic Development*, Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 1-23, 2005.
- REINERT, Erik S., REINERT, Hugo. Creative Destruction in Economics: Nietzsche, Sombart, Schumpeter, in: BACKHAUS, Jürgen, Wolfgang DRECHSLER (orgs.). *Friedrich Nietzsche 1844-2000: Economy and Society*, Nova Iorque, Springer, pp. 55-85, 2006.
- REINERT, Sophus. The Italian Tradition of Political Economy. Theories and Policies of Development in the Semi-Periphery of the Enlightenment, in: JOMO, K. S., E. S. REINERT (orgs). *Origins of Economic Development*. Nova Delhi, Tulika e Londres, Zed, pp. 24-47, 2005.
- RICARDO, David. (1974 [1817]) *The Principles of Political Economy and Taxation*. Londres, Dent, Dutton, 1974 (1817).
- ROCA, Santiago, SIMABUCO, Luis. *Natural Resources, Industrialisation and Fluctuating Standards of Living in Peru, 1950-1997: A Case Study of Activity-Specific Economic Growth'*, 2004, in REINERT, 2004a.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Wesen und Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1908.

- SCHUMPETER, Joseph Alois. (1912) *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Leipzig, Duncker & Humblot, 1912.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *History of Economics Analysis*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1996.
- SERRA, Antonio. (1613) *Breve Trattato delle Cause che Possono far Abbondare l'Oro e l'Argento dove non sono Miniere*. Nápoles, Lazzaro Scorriggio, 1613.
- SINGER, Hans W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *American Economic Review*, 40, pp. 473-485, 1950.
- SMITH, Adam. *The Wealth of Nations*. Chicago, University of Chicago Press, 1976 (1776).
- SOMBART, Werner. (1928) *Der Moderne Kapitalismus*. Munique e Leipzig, Duncker and Humblot, 1928.
- STEUART, James. *An Inquiry into the Principles of Political Economy: being an Essay on the Science of Domestic Policy in Free Nations. In which are particularly considered population, agriculture, trade, industry, money, coin, interest, circulation, banks, exchange, public credit, and taxes*. Londres, A. Millar & T. Cadell, 2 Volumes, 1767.
- TAYLOR, Mark (2004), What Derrida Really Meant, *New York Times*, October 14, 2004, disponível em <http://www.press.uchicago.edu/books/derrida/taylor/derrida.html>, acessado em setembro de 2007.
- TUBARO, Paula. Un'esperienza peculiare del Settecento italiano: la 'scuola milanese' di economia matematica. *Studi Settecenteschi*, 20, pp. 193-223, 2000.
- VIVARELLI, Marco, PIANTA, Mario (orgs). *The Employment Impact of Innovations*. London, Routledge, 2000.
- WEBB, Richard, FERNÁNDEZ BACA, Graciela. *Anuario Estadístico. Perú en Números*. Lima, Instituto Cuanto, 2001.
- ZEUTHEN, F. *Problems of Monopoly and Economic Welfare*. London, Routledge, 1930.